



INFÂNCIAS EM TRÂNSITO: UM OLHAR SOBRE O ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS VENEZUELANAS NAS PESQUISAS EM EDUCAÇÃO INFANTIL (1994–2024)

CARDOSO, Marilete Calegari Cardoso¹
SANTOS, Maria Walburga dos²

Grupo de Trabalho (GT): Indique aqui o título do Grupo de Trabalho.

RESUMO

Este estudo analisa as produções de teses e dissertações publicadas entre 1994 a 2024, que abordam a migração e o refúgio na Educação Infantil brasileira, com ênfase nas condições de acolhimento de crianças venezuelanas. Adotou-se como procedimento metodológico a Revisão Sistemática de Literatura, por meio da qual foram localizados 16 (dezesseis) trabalhos acadêmicos, sendo 03 teses e 13 dissertações. As produções evidenciaram cinco temáticas recorrentes: as famílias e as crianças; a língua materna e de acolhida; os(as) profissionais de educação; instituições educacionais; e o direito à educação e as políticas educacionais. Os resultados indicam que, nos últimos quatro anos (2018-2021), houve um crescimento significativo nas pesquisas sobre Educação Infantil em diálogo com a temática da migração e do refúgio. Tais estudos destacam a ocorrência de situações de racismo, bem como a ausência de políticas públicas que considerem, de forma específica, os direitos e as necessidades das crianças migrantes e refugiadas.

Palavras-chave: Acolhimento – Crianças Venezuelanas –Deslocamento- Educação Infantil – Migrantes

INTRODUÇÃO

Diante do intenso conflito económico, político e humanitário na Venezuela, os migrantes venezuelanos percorrem longas distâncias em busca de estabilidade. Entre eles, as crianças se encontram em situação de dupla vulnerabilidade, enfrentando as incertezas da fuga e as fragilidades da infância. Diante dessa complexidade, é necessário estudar, com profundidade, ações ou a ausências delas, voltadas ao acolhimento de crianças venezuelanas, considerando que a falta de uma acolhida adequada pode comprometer seu desenvolvimento integral, “justamente no seu momento de maior vulnerabilidade, que é a infância” (Carneiro; Cavalcanti; Sousa, 2021, p.4). Neste contexto, o presente trabalho apresenta reflexões de uma pesquisa de pós-doutoramento acerca o acolhimento de crianças e famílias venezuelanas e a rede de atendimento às pessoas em situação de mobilidade humana na Bahia.

Dados recentes, apresentados pela Plataforma Regional de Coordenação Interagencial para Refugiados Venezuelanos (R4V), apontam que, entre 2015 e junho de 2024, 568 mil venezuelanos entraram no Brasil. Segundo relatório da Agência da ONU para

¹ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: marilete.cardoso@uesb.edu.br

² Universidade Federal de São Carlos – Sorocaba. E-mail: walburgaufscar@gmail.com





Refugiados (ACNUR,2021), em 2014 havia pouco mais de 30 indígenas Warao no país; entre o final de 2016 e o início de 2017, esse número já alcançava 600 pessoas; em março de 2018, aproximadamente 1.200; em dezembro de 2020, cerca de 3.300; e, em outubro de 2023, as estatísticas indicavam a presença de 7.535 indígenas Warao no Brasil - incluindo crianças nascidas em território nacional (Rosa; Tardelli; Roa, 2024). Outro dado relevante, destacado pela plataforma, diz respeito ao alto número de crianças e adolescentes envolvidos nesse fluxo migratório: cerca de 21 mil pessoas, entre 4 e 17 anos. Destas, 1.225 foram classificadas como “criança em risco”, e 162 chegaram desacompanhadas, separadas de familiares ou com pessoas que não são responsáveis legais (Junger da Silva et al., 2024).

A presença e vulnerabilidade de crianças migradas e refugiadas não podem ser ignoradas no contexto brasileiro, especialmente considerando que as famílias venezuelanas enfrentam experiências de deslocamento humano marcadas por atravessamentos múltiplos, como “políticas e práticas estruturais; a vigilância e as hierarquias burocráticas; as ideologias hegemônicas e neoliberais práticas interpessoais e discriminatórias das experiências vividas cotidianamente” (Pavez-Soto; Ortiz-López; Voltarelli, 2022, p.164). Além disso, permanece o desafio de conhecer as culturas das infâncias de crianças refugiadas. Como ressaltam Lazarin; Abramowicz (2021, p.695), “o direito de emigração das crianças apresenta-se como impossível de ser refletida somente às sombras da emigração adulta. [...] é necessário refletir as crianças como agentes de importância dentro dos fluxos migratórios”.

É, portanto, neste contexto que buscamos problematizar as formas de acolhimento e valorização da cultura lúdica das crianças-migradas e refugiadas. Tais circunstâncias nos mobilizam a refletir sobre os modos de acolhimento humanitário, com especial atenção às infâncias, visando garantir-lhes melhores condições de vida e o efetivo cumprimento de seus direitos. Dessa forma, para a composição deste trabalho, apresentamos os resultados de uma Revisão Sistemática de Literatura (RSL), realizada entre os meses de julho e setembro de 2024, como etapa inicial da pesquisa do pós - doutoramento.

OBJETIVOS



O objetivo deste estudo é analisar as produções acadêmicas sobre migração e refúgio na Educação Infantil brasileira – 1994 -2024 – em geral, em particular, condições de acolhimento que são ofertadas às crianças venezuelanas em deslocamento.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O deslocamento migratório de venezuelanos, particularmente da etnia Warao, teve seu início em 2012, em direção às zonas urbanas dentro da própria Venezuela, como resposta à grave situação de violações de direitos humanos. Posteriormente, entre 2014 a 2016, com o agravamento das violências no contexto político, social e econômico por parte do governo venezuelano (Santos, 2022), esse movimento migratório atravessou a fronteira internacional, alcançando outras cidades e, por fim, o Brasil. As motivações para o deslocamento são diversas: “a insatisfação com as políticas de acolhimento adotadas pelo poder público, a intenção de reencontrar parentes, a busca por trabalho e melhores condições de vida, os Warao estabeleceram um processo de dispersão territorial” (Rosa; Quinteiro, 2020, n.p.).

O termo Warao deriva da expressão *Wa Arao*, que significa ‘Povo das Canoas’ ou ‘Navegantes’. Trata-se do grupo mais antigo e da segunda maior população indígena da Venezuela (García-Castro, 2018; Rosa; Tardelli; Roa, 2024). Esse povo ocupa um território que se estende por todo o estado de Delta Amacuro e por parte dos estados de Monagas e Sucre, na região nordeste do delta do rio Orinoco. Na língua Warao, o rio é chamado *Wirinoko*, em que *wiri* significa “onde remamos” e *noko* significa “lugar”. Conhecidos como “o povo das canoas” ou “povo das águas”, os Warao vivem em constante deslocamentos e têm sido historicamente marginalizados, especialmente em função das perseguições e das violações de direitos humanos que enfrentam ao deixarem seu país de origem. Essa realidade gera uma demanda contínua por políticas de acolhimento permanente no país de destino.

As crianças venezuelanas, acompanhadas ou não de seus familiares, enfrentam uma profunda crise política, econômica e social, principalmente entre os anos 2016 e 2018, período em que se intensificou o êxodo forçado da população. Conforme destacam Corazza; Mesquita (2019, s/p.), essas crianças vivenciam situações que vão além “da fome





e da opressão, configurando-se como parte de uma crise migratória com múltiplas repercuções. Trata-se de pessoas que carregam vínculos complexos, marcados pela aparição do “outro diferente”, aquele que vem de outro lugar, com outros hábitos, línguas e crenças. Ser criança refugiada é, antes de tudo, ser criança, como todo os direitos que esse status implica.

Importante lembrar que, ao vivenciarem o deslocamento forçado, essas crianças não apenas sofrem os impactos da migração, mas também constroem significados sobre sua experiência, articulam estratégias de pertencimento e expressam suas vozes — muitas vezes silenciadas pelas práticas institucionais. Reconhecer as infâncias migrantes como protagonistas de suas trajetórias implica também incluir suas culturas lúdicas, linguagens e modos de ser nos processos de acolhimento, especialmente no contexto educacional.

Nesse cenário, cresce a preocupação com a proteção integral e a efetivação dos diversos direitos das crianças migrantes, especialmente no que se refere à saúde, à educação, à proteção, à convivência familiar e comunitária e ao direito ao brincar — direitos que, muitas vezes não se concretizam na realidade. Neste sentido, destaca-se a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em seu Art. 16, o ECA estabelece que “o direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I - ir vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se”. Neste sentido, a infância migrante, portanto, tem direito à vida digna, à educação, à saúde, à convivência comunitária, ao brincar e ao pertencimento — não como concessões condicionadas à nacionalidade, mas como garantias universais e inegociáveis.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada por meio da Revisão Sistemática de Literatura (RSL), entre os meses de julho a setembro de 2024, sendo utilizados os bancos de dados dos Periódicos Capes, Catálogo de Teses e Dissertações e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), tendo como recorte temporal o período de 1994 a 2024. Quanto aos descritores usamos definição de filtros e o operador Booleano (And), com os descritores que envolve o tema migração e refúgio (deslocamento, migração, imigração,





migrantes, imigrantes, refugiados/as, estrangeiras/os, deslocamento, apatridia, acolhimento) que foram cruzados com palavras relacionadas com a Educação e a primeira etapa da Educação Básica (crianças venezuelanas, creche, pré-escola, infância, Educação Infantil, Educação).

Localizamos no banco de dados CAPES, **368** pesquisas, sendo **66** teses e **302** dissertações. No banco de dados BDTD foram localizadas **595** pesquisas, sendo **201** teses e **394** dissertações. Ao juntarmos os dados da CAPES e BDTD, foram localizados em torno de **963** pesquisas. Foram excluídos os **428** arquivos duplicados e pesquisas da área da saúde. Em seguida foi realizado uma nova seleção com a leitura dos títulos de trabalhos **535**, sendo excluído **497** pesquisas conforme os critérios de exclusão (pesquisas que abordassem adolescentes; ensino fundamental e crianças não venezuelanas), totalizando **38** trabalhos, para uma análise mais avançada com a leitura de resumos, que foram adicionados em uma tabela Word, na qual nos permitia identificar que se tratavam especificamente sobre crianças venezuelanas; deslocamento, condições de acolhimento, produções de brincadeiras.

A amostra final constituiu em 16 (dezesseis) trabalhos, destes (03) teses e (13) dissertações, que evidenciaram cinco temáticas recorrentes: Proteção Jurídica específica de acolhimento; as famílias e as crianças; a língua materna e de acolhida; os(as) profissionais de educação; e o direito à educação e as políticas educacionais.

RESULTADOS

Como resultados, apontamos que, nos últimos cinco anos (2019-2024), houve um crescimento de pesquisas envolvendo crianças venezuelanas e suas condições de acolhimento, as quais reconhecem a escola como lugar importante de acolhimento para essas crianças e suas famílias. Apesar desse avanço, a pesquisa revelou que, do total inicial de 963 trabalhos localizados, apenas 16 (sendo 3 teses e 13 dissertações) trataram diretamente da migração de crianças venezuelanas na Educação Infantil. A maioria dos estudos localizados aborda infâncias migrantes de outras origens, o que evidencia uma lacuna específica quanto a temática.

A análise dessas 16 produções revelou quatro eixos temáticos recorrentes:





- a) **Famílias e crianças:** o povo Warao é frequentemente alvo de práticas de xenofobia racializada e carece de legislação específica que reconheça os direitos da criança que a considerem migrante e refugiada;
- b) **A língua materna e de acolhida:** as crianças enfrentam processos de adaptação linguística e cultural marcados por estigmas, apagamentos identitários e dificuldade de integração.
- c) **Instituições educacionais/ os(as) profissionais de educação:** as ações de acolhimento recaem, majoritariamente, sobre as professoras, sem respaldo institucional efetivo.
- d) **O direito à educação e as políticas educacionais:** apesar de alguns avanços, ainda há fragilidades na inserção e permanência de crianças migrantes, sobretudo na Educação Infantil, onde muitas seguem fora da escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de achados revela a urgência de desenvolver e aprofundar pesquisas que pautem a cultura infantil e cultura lúdica das crianças venezuelana, bem como a necessidade de ampliar os estudos que considerem a educação intercultural como uma possibilidade concreta nas práticas educativas voltadas às infâncias migrantes na Educação Infantil.

Torna-se imprescindível que as práticas de acolhimento sejam efetivadas pelo poder público sob uma perspectiva intercultural, visando garantir uma atuação socioassistencial que combata posturas discriminatórias e assegure o acesso a direitos fundamentais. Defendemos assim, um acolhimento culturalmente sensível, que reconheça as especificidades dessas infâncias e se comprometa com a escuta atenta, a valorização da diversidade e a construção de vínculos baseados no respeito e na dignidade.

REFERÊNCIAS

ACNUR - Agência da ONU para Refugiados - **Os Warao no Brasil: contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes.** Brasília: ACNUR, 2021. Acesso em: 2 mar. 2025. Disponível em <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2021/04/WEB-Os-Warao-noBrasil.pdf>.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília: CBIA, 1990.

CARNEIRO, Julia Costa; CAVALCANTI, Camila Martins; SOUSA, Vanessa de Lima Marques Santiago. O Acolhimento de Crianças Refugiadas no Brasil: a efetivação dos direitos culturais como





meio de garantir o seu pleno desenvolvimento. **Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. e20210209, 20 set. 2021. Disponível em: <https://sumarios.org/artigo/o-acolhimento-de-crian%C3%A7as-refugiadas-no-brasil-efetiva%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-culturais-como-meio-de>

CORAZZA, Felipe e MESQUITA, Lígia. Crise na Venezuela: o que levou o país ao colapso econômico e à maior crise de sua história. BBC News Brasil, São Paulo e Londres, 30 de abril de 2019. International. Acesso em: 5 nov. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45909515#:~:text=Fome%20e%20%C3%AAxodo&text=A%20fome%20fez%20os%20venezuelanos.em%20massa%20para%20pa%C3%ADses%20vizinhos.>

GARCÍA-CASTRO, Alvaro A. Os Warao no Brasil são refugiados, não imigrantes: Questões etnológicas e etno-históricas. **Périplos: Revista de Estudios sobre Migraciones**, 2(2), 32–55. 2018. Acesso em: 4 de março de 2025. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/25456.

JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; LEMOS SILVA, Sarah; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. **Observatório das Migrações Internacionais**; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2024.

LAZARIN, Monique Roecke; ABRAMOWICZ, Anete. Crianças em busca de refúgio: reflexões sobre as solicitações infantis de refúgio ao Brasil até 2016. **Revista Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. 43, p. 674-702, jan./jun., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. Acesso em: 2 mar. 2025. Disponível em>DOI: <https://doi.org/10.5007/1980-4512.2021.e79134..>

RV4. Plataforma de Coordenação Interagencial para refugiados e migrantes da Venezuela. Disponível em: <https://www.r4v.info/pt/node/247>. Acesso em: 09 de jan. 2025.

PAVEZ-SOTO, Iskra; ORTIZ-LÓPEZ, Juan; VOLTARELLI, Monique Ap. em pé nos semáforos: representações e análise interseccional de crianças migrantes na pandemia. In.: **Crianças em Deslocamentos: infâncias, migração e refúgio**. NORÓES, K. C.; SANTOS, M.W.; SANTIAGO, F. (Orgs). Coleção Oba-Obá. Vol.2. São Carlos: Pedro & João editores, 2022. p.163 –182. Rosa; Quinteiro, 2020, n.p.).

ROSA, Marlise; TARDELLI, Gabriel; ROA, Sebastian. (Org.) **Contribuições da antropologia para a proteção de indígenas refugiados e migrantes** -- 2. ed. -- Brasília, DF: Agência da ONU para Refugiados - ACNUR, 2024.

SANTOS, Jose Carlos Souza dos. **Entre idas e vindas: os processos de aprendizagem de crianças indígenas venezuelanas Warao refugiadas e migrantes em Roraima, Amazônia** (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual de Roraima, Programa de Pós-Graduação em Mestrado Profissional em Segurança Pública, Direitos Humanos e Cidadania, Boa Vista, RR. 2022,104 f.